



CARTA DA RECICLAGEM POPULAR

Nós catadoras e catadores estamos há mais de 50 anos realizando atividades de coleta, triagem e reciclagem na cidade Porto Alegre. Realizamos 90% do trabalho que movimenta a cadeia dos materiais recicláveis. Nos anos 90 a cidade iniciou um processo de implantação da coleta seletiva com inclusão social das catadoras e catadores, garantindo infraestrutura e fomentando a organização em associações e cooperativas autogestionárias. Com isto, garantiu-se um avanço mundial na gestão de resíduos.

Hoje Porto Alegre gera aproximadamente 425 mil toneladas de resíduos por ano. A implementação da coleta e reciclagem realizada com a participação das catadoras e catadores pode ampliar para mais de 40 mil postos de trabalho com renda superior a um salário mínimo por mês.

Reivindicamos a inclusão social e econômica nas ações de coleta e reciclagem diante da relevância econômica, social e ambiental dos resíduos recicláveis e reutilizáveis garantidos por meio das políticas voltadas a gestão de resíduos sólidos.

Com o passar dos anos foram investidos milhões de reais na gestão dos resíduos concentrada na iniciativa privada. Esta modalidade de gestão compete com as iniciativas de organização e avanço da categoria, deixando POA estagnada frente aos modelos inclusivos e solidários da gestão integrada de resíduos na qual as catadoras e catadores são protagonistas.

No Estado do Rio Grande do Sul, mais de 40 cidades implementam a coleta seletiva solidária com a inclusão socioeconômica. Com isso, as catadoras e catadores deixam de ser criminalizados, como atualmente acontece em Porto Alegre.

Contratar uma cooperativa ou associação de catadoras e catadores não é o mesmo que contratar empresas com finalidades mercantis e lucrativas, ou grupos mercadológicos vendedores de serviços. O principal conflito entre os catadores e os governantes para a gestão integrada dos resíduos parte da ausência deste discernimento. O êxito de um modelo de gestão integrada que contemple as dimensões ambientais, sociais, econômicas, políticas e culturais é o resultado de uma série de ações em conjunto entre as catadoras e os catadores e os poderes públicos.

As iniciativas de gestão compartilhada com a participação das catadoras e catadores possibilita a contratação, a elaboração de roteiros de coleta, formação das catadoras e catadores, conscientização ambiental dos munícipes, estruturação dos empreendimentos, monitoramento e avaliação de processos compartilhados em esferas públicas entre gestores, catadoras e catadores e beneficiários dos serviços.

Atualmente, as propostas de gestão de resíduos não atendem a formalização dos processos de organização das catadoras e catadores, visto que muitos não aceitam

cumprir os critérios estabelecidos para a sua inclusão, tais como horário rígido de trabalho, pagamento mensal, realização de “partilha igualitária” sem considerar a produtividade individual, assim como regras e metas impostas. Para evitar a exclusão é preciso que sejam concebidas mediações entre a categoria e o poder público para efetivar as políticas de inclusão produtiva. As cooperativas e associações podem realizar esta mediação por meio da criação de estratégias que contemplem rotinas de trabalho voltadas as demandas e interesses das catadoras e catadores, com espaços democráticos e autogestionários.

O esforço pela inclusão da categoria nos processos integrados de gestão de resíduos justifica o investimento público, pois promove a educação ambiental feita de catador para catador, e de catador para gerador de resíduos sólidos, garantindo que os serviços de coleta e o destino final dos resíduos sólidos recicláveis possam ser viabilizados junto às associações e cooperativas de forma digna e sustentável. Os catadores deixam de ser confundidos com o “lixo” e passam a ser reconhecidos como prestadores de serviço da cadeia da reciclagem e dos processos de logística reversa. Isso, também contribui para que os resíduos deixem de ser vistos como dejetos e passem a ser tratados como insumos com valor econômico, social e ambiental, contribuindo de forma decisiva para a implementação de um dos pressupostos fundamentais da PNRS.

A sustentabilidade ambiental se efetiva no momento em que os resíduos deixam de ser depositados no meio ambiente, aumentando a vida útil dos aterros sanitários.

Em termos econômicos, a reciclagem popular realizada pelas catadoras e catadores faz com que as riquezas possam ser melhor distribuídas, no momento em que são desenvolvidas e ampliadas as técnicas e as tecnologias de produção na área da coleta, triagem, logística, comercialização em rede e agregação de valor aos materiais recicláveis através de seu beneficiamento industrial.

Socialmente ocorre o incremento da massa de renda em níveis locais, a formalização destes trabalhadores e o seu conseqüente acesso aos direitos de cidadania.

Esses são os pilares ambiental, econômico e social que contribuem para a criação valores culturais e políticos voltados ao incremento da qualidade de vida e da inserção das catadoras e dos catadores em processos emancipatórios.

Nós catadoras e catadores de materiais recicláveis faremos uma agenda a qual estrategicamente conte com a participação da sociedade por meio das nossas instituições e entidades que atuam no âmbito da gestão compartilhada dos resíduos sólidos para que se garanta a inclusão socioeconômica das catadoras e catadores de materiais recicláveis.

Porto Alegre 07 de agosto de 2017.

Movimento Nacional dos Catadores de Materiais Recicláveis-MNCR

Lutar Criar Reciclagem Popular